
DONALD PIERSON E OS BRANCOS E PRETOS NA BAHIA

Jeferson Bacelar

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Resumo: *A história da Sociologia e Antropologia brasileiras são marcadas pela presença de estrangeiros, sendo Donald Pierson um dos seus nomes de destaque. O seu estudo sobre as relações raciais na Bahia, aqui analisado, por sua visão renovada, metodologia e estilo, rompeu com os padrões vigentes em nossa tradição intelectual sobre a temática. Neste artigo o autor busca a compreensão do contexto intelectual e político que propiciou a formulação da perspectiva de Donald Pierson sobre as relações raciais no Brasil, demonstrando assim a conexão entre as suas interpretações e o imaginário nacional.*

Abstract: *The history of Brazilian Sociology and Anthropology are marked by the presence of foreigners, and Donald Pierson is one of the most outstanding for his innovative vision, methodology and style, which departed from the current patterns in our intellectual traditions on this theme. In this article the author attempts to understand the intellectual and political context that gave rise to the formulation of Donald Pierson's perspective on racial relations, demonstrating the connection between his interpretations and the national imagination realm.*

Introdução

Donald Pierson, com justiça, é hoje considerado uma das figuras responsáveis pelo desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Com ele, instaurou-se, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, um novo padrão de fazer ciência e um novo universo temático, emanado da matriz norte-americana, considerada, à época, a mais avançada e moderna (Oliveira, 1987).

Entretanto, a primeira experiência acadêmica brasileira de Donald Pierson teve lugar, não no grande centro industrial de nosso país, mas sim, na quase medieval (é a sua palavra) e pré-industrial “cidade da Bahia”.

É exatamente da sua permanência na cidade do Salvador, de 1935 a 1937, que emergiu uma tese de doutoramento sobre a situação racial e cultural

baiana, posteriormente publicada pela Universidade de Chicago com o título *Negroes in Brazil: A study of race contact at Bahia*, no ano de 1942. Este livro sairia no Brasil em 1943, na série Brasileira, vol. 241, da Companhia Editora Nacional com o título de *Branços e pretos na Bahia*.¹

O livro de Donald Pierson representou uma inovação significativa nos estudos sobre o negro no Brasil. Grande parte da bibliografia brasileira existente estava contida no plano histórico, enfocando basicamente a composição da nossa sociedade ou buscava, sobretudo na Bahia, a compreensão dos elementos africanos existentes na população preto-mestiça brasileira.

O seu trabalho rompeu com os padrões vigentes de nossa tradição intelectual, na medida em que estudava concretamente uma dada realidade social, enfocando as relações entre “brancos e pretos” no interior de uma sociedade regional. E a perspectiva de uma sociologia das relações raciais, era desenvolvida tendo por base a “objetividade” e o rigor na utilização das modernas técnicas de investigação.

O seu livro foi premiado com o “Anisfield Award”, em 1942, nos USA, como o “melhor livro científico e erudito publicado neste ano no campo das relações raciais” e mereceu, na época, os mais eloqüentes aplausos da intelectualidade brasileira.² Portanto, o seu trabalho mereceu o reconhecimento da “intelligentsia” de sociedades com histórias e situações raciais distintas: a norte-americana, marcada pela segregação racial e fortes distúrbios sociais e políticos, e a brasileira, iniciando o seu período de “exceção política” (o Estado Novo) e tendo o “problema racial” como inexistente.

Assim, com essa apresentação o que buscarei inicialmente destacar são os caminhos da constituição das principais “teses” (por ele denominadas de hipóteses) contidas no livro de Donald Pierson, à luz de dois níveis: 1) do contexto acadêmico e político norte-americano, e; 2) da incorporação do conhecimento intelectual brasileiro. Em seguida, farei uma apreciação do material etnográfico contido no seu livro.

As “teses” estão situadas no capítulo final do livro, denominado “A situação racial baiana” e na Introdução à 2ª edição brasileira, datada de 1965.

¹ Utilizamos neste trabalho a sua edição brasileira, publicada em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, em 1971, com o título *Branços e pretos na Bahia (estudo de contacto racial)*. Sobre a história editorial do livro de Pierson, ver a Nota 1 do Documento n. 8, de Vivaldo da Costa Lima, em Oliveira Lima (1987, p. 120-121).

² Ver a apreciação da crítica brasileira e estrangeira em Pierson (1971, p. 9-15).

O contexto acadêmico e político norte-americano e as “teses”

Donald Pierson após concluir a sua graduação, foi para a Universidade de Chicago para estudos de pós-graduação.

Aí, ao preparar trabalho para o professor Ellswort Faris da Divisão de Ciências Sociais, comecei a me interessar mais especificamente pelo Brasil, porque descobri que se tratava de área mui importante de contato entre as três raças básicas da humanidade e suas respectivas culturas.³

Era então a Universidade de Chicago um centro de importância mundial para as Ciências Sociais, com um corpo docente do mais alto nível, como Robert Redfield, Herbert Blumer, Radcliffe-Brown, Louis Wirth, Ernest W. Burgess, William Ogburn e tantos outros.

E exatamente quando Donald Pierson estava interessando-se pelo Brasil que

voltou à Universidade de Chicago, de uma viagem pelo mundo todo, depois de aposentar-se, a fim de conhecer de perto os mais importantes centros de contato racial e cultural de seu interesse particular, o sociólogo pioneiro e muito fecundo, Robert E. Park, pesquisador, ele mesmo, e estimulador inestimável de jovens pesquisadores que já tinham empreendido investigações de vários aspectos da vida social. (Corrêa, 1987, p. 33).

Incentivado por seus professores, segundo suas próprias palavras,

logo minha senhora, Helen Batchelor Pierson, e eu estávamos a caminho do Brasil, enviados pelo Social Science Research Committee (Comissão de Pesquisas de Ciências Sociais) da Universidade de Chicago, a fim de fazer estudo pormenorizado e, um pouco prolongado, da “situação racial e cultural” existente no velho porto da Bahia, com pequena verba para isso da Rosenwald Fund. (Corrêa, 1987, p. 34).

Os seus orientadores seriam os maiores nomes da Universidade de Chicago, ou seja, Robert Park, Robert Redfield e Louis Wirth.

³ Depoimento de Donald Pierson a Mariza Corrêa (1987, p. 32).

A denominada Escola de Chicago tinha exatamente como um dos seus fundadores e, provavelmente, o seu principal mentor intelectual, o orientador e autor da Introdução da 1ª edição norte-americana do livro de Pierson: Robert Park.

Renovador, anti-racista, ele consolidou o estudo das relações raciais, ou seja,

a relação entre povos com marcas distintivas de origem racial, particularmente quando tais diferenças penetram na consciência dos indivíduos e dos grupos assim identificados, determinando desse modo a concepção que cada indivíduo tem, tanto de si mesmo como de seu estatuto na comunidade. (Park apud Wieviorka, 1992, p. 52).

E, no seu otimismo evolucionista, preconizou que com o tempo as relações raciais deveriam atenuar-se à medida que se consolidasse a modernidade e que progressivamente as diferenças seriam cada vez menos de raça e mais de cultura e trabalho. Por sua vez, os conflitos raciais no mundo moderno, na “grande sociedade”, seriam, no futuro, confundidos cada vez mais com os conflitos de classe, até serem superados por eles.

Mas, essas concepções aparecem de forma mais explícita na análise que Robert Park estabeleceu para os Estados Unidos da América.

Simplificando, para ele, com a escravidão e posteriormente com o sistema de castas, cada raça possuía o monopólio de determinadas tarefas e, quando o povo dominado aceitava esse estatuto, como acontecia onde a escravidão ou as castas estavam plenamente estabelecidas, cessava a competição entre as raças e a animosidade tendia a desaparecer. Enfim, com “cada qual no seu lugar” não existia obstáculo à cooperação racial. Porém, com as mudanças desencadeadas pelos negros, teve início a desestruturação do sistema de castas. As emigrações para o norte industrial e urbano, a melhoria dos níveis educacionais, bem como a formação de uma classe média negra, fizeram a sociedade americana entrar na era das relações raciais. Para Park, somente a partir de então nasceu o conflito entre as raças, na medida em que numa sociedade democrática e liberal, que valorizava a competição individual, com todos teoricamente dispendo das mesmas possibilidades de mobilidade ascendente, os brancos tentariam restringir as oportunidades de participação social do negro. O racismo aparecia como uma expressão do conservadorismo, da resistência à mudança cultural, com a função instrumental de deter ou impedir a participação dos negros na competição. Entretanto, esse era apenas um

momento de transição, pois, no futuro, as distinções de raças, com o avanço da modernidade, deveriam desaparecer (Wieviorka, 1992, p. 50-56).

Vale ressaltar que Robert Park além de ser um acadêmico era um influente jornalista interessado na resolução dos problemas urbanos, tanto assim que participou diretamente da Comissão de Chicago sobre as Relações Raciais.

Portanto, a ciência seria um importante instrumento para a intervenção política na realidade social.

Como se percebe o importante autor da Escola de Chicago distancia-se inteiramente das teorias biológicas sobre a raça, porém ele a torna um elemento da identidade dos agentes sociais. Em outras palavras, quando os indivíduos não se identificam, não existe raça. Segundo, o racismo é derivado de relações concretas, segundo sua concepção, quando ele, em verdade, é muito mais representação, fantasia e um mundo imaginário, que quase nunca tem muito a ver com as características objetivas daqueles contra os quais se direciona.

Antes de mostrar as hipóteses relacionadas às perspectivas da Escola de Chicago, vale a pena mostrar a trajetória geográfica de Pierson antes de chegar à Bahia. Expressivo é o seu próprio relato:

Antes de ir à Bahia, porém, meu sponsor principal, o professor Robert E. Park [...] conseguiu que eu pudesse conhecer mais de perto outra “situação racial e cultural”, ou seja: a própria norte-americana à medida que esta se relacionava a descendentes de europeus e africanos, e, especialmente, onde ela se apresentava mais patentemente, naquele tempo, ou seja, no Sul do país, lugar principal de escravidão, servidão essa que tinha sido abolida só há uns setenta anos atrás, naquele tempo, e isto por meio de uma guerra civil mui sangrenta, que contribuiu para a ascensão social súbita do Negro da posição social anterior como escravo. Isto tudo em meio a distúrbios econômicos, políticos e sociológicos de alto grau no Sul, provocando atitudes sociais, neste caso, entre descendentes de europeus de um lado, e de africanos do outro. (Corrêa, 1987, p. 33-34).

Portanto, Donald Pierson antes de vir ao Brasil fez um estágio em Nashville, Tennessee, Sul dos Estados Unidos, região socialmente similar à Bahia, atrasada e pré-industrial, e inteiramente contrastiva do ponto de vista racial, ou seja, a área mais racista do país, “paraíso” dos linchamentos de negros.

Enfim, ele estava sendo preparado para mostrar que nada havia de “natural” no contexto racial e no racismo americano e que, mesmo numa sociedade semelhante ao Sul poderíamos encontrar uma situação racial diferente, melhor.

E é nas suas “hipóteses” que tal busca fica flagrante.

Nas hipóteses 9, 10, 11, ele ressalta que o movimento abolicionista não foi marcado pelo terror que varreu o Sul dos Estados Unidos, nem pelo conflito entre diferentes regiões do país, mas como um movimento que dominou o espírito público brasileiro (Pierson, 1971, p. 364). Nunca os brancos brasileiros tiveram sentimentos de desconfiança, medo, apreensão, nem tampouco sofreram provocações ou “ataques injustos” por parte da gente de cor, como aconteceu no Sul dos Estados Unidos (Pierson, 1971, p. 364-365). Por sua vez, na hipótese 21, ele afirma que o linchamento de gente de cor e o estupro de mulheres brancas por negros são desconhecidos no Brasil (Pierson, 1971, p. 366). Ao contrário do seu país, no Brasil uma gota de sangue africano não transforma o mestiço em negro, tanto assim que muitos indivíduos com ancestrais africanos, cor ou traços fisionômicos que demonstram tal ascendência, são considerados brancos (Pierson, 1971, p. 367). Ainda nas suas hipóteses 16, 25 e 26, ele assevera que a nossa ideologia racial não formal pode ser resumida na frase que “Nós brasileiros, estamos nos tornando um só povo”. E se o problema racial no Brasil existe, isso se deve à resistência que um grupo parece oferecer à absorção e assimilação. Mas, a gente de cor no Brasil não está se transformando, como nos Estados Unidos, em uma “minorias racial” autoconsciente (Pierson, 1971, p. 365, 367-368).

Mas tal assunto ele desenvolve com mais precisão na Introdução à 2ª edição brasileira. Para Pierson, não temos grupos raciais ou mesmo de cor e, “se houver, serão ajuntamentos de configuração amorfa e instável”, tanto assim que a “solidariedade segundo linhas raciais, ou mesmo segundo as de cor, é de um grau tão baixo na Bahia, que aqueles interessados em ‘mobilizar as massas de cor’, como dizem, acabam por desanimar” (Pierson, 1971, p. 37-39). Evidentemente se não existe grupo racial ou de cor, o caminho é único: não existe racismo. Para ele, a discriminação com base na raça, no Brasil, tem um caráter individual e não geral. E, quando ela se torna conhecida ela é alvo de severa reprovação social (Pierson, 1971, p. 40-42). Para existir preconceito de raça, torna-se necessário como fator determinante o “medo ou receio de que o grupo racial subordinado ameace ou esteja em vias de ameaçar a posição privilegiada do grupo dominante”. Gomo isso não ocorre no Brasil, “tem-se, então, a dúvida se na Bahia haverá qualquer coisa que possa, com justificação, ser chamada de preconceito de raça” (Pierson, 1971, p. 44-45).

Esta argumentação é complementada com a noção do tipo de organização

social prevalecente na Bahia. Ao contrário dos Estados Unidos, não tínhamos castas, mas tão somente classes, e como não criamos uma minoria racial auto-consciente, inexistia o problema racial. Nas hipóteses 15 e 16 ele salienta tal perspectiva e na hipótese 17 afirma: “toda a organização social da Bahia tende a assumir a forma de uma ordem de livre competição, na qual os indivíduos encontram seu lugar pelos critérios da competência e realizações pessoais e circunstâncias fortuitas, mais que por sua origem racial” (Pierson, 1971, p. 365). Para Pierson, portanto, a dificuldade enfrentada pelos descendentes de escravos “é – um problema econômico e educacional e, de nenhum modo um problema racial” (Pierson, 1971, p. 53).

Portanto, a sua argumentação confirma a teoria geral da Escola de Chicago, protagonizada por Robert Park, representando uma contribuição objetiva e concreta ao campo político das relações raciais na sociedade norte-americana. A sociedade investigada, embora atrasada, quase-medieval, pré-industrial, recuperou “no que diz respeito às diferenças raciais, aquela inocência paradisíaca que o povo dos Estados Unidos de algum modo perdeu”. Assim, mesmo “tendo uma população de cor proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos, o Brasil não tem ‘problema racial’” (Pierson, 1971, p. 83-85), afirma, na Introdução à 1ª edição norte-americana, Robert Park.

Em verdade, a Bahia era um exemplo de situação racial, de convivência de descendentes de africanos e europeus, para o mundo, e em especial para os Estados Unidos.

O contexto intelectual brasileiro

No seu depoimento à antropóloga Mariza Corrêa, o autor americano expõe aqueles que lhe auxiliaram na interpretação da realidade brasileira.

O bom intérprete da vida-em-comum e cultura brasileiras, Gilberto Freyre, por exemplo, residente no Rio naqueles dias, e cujos livros eu estava “assimilando” com muito proveito, gentilmente convidou-me, e à minha senhora, para tomarmos refresco no Salão de Chá Colombo, junto com outro ilustre brasileiro cujos livros estavam abrindo as portas da cultura-de-folk que íamos, em parte, estudar – José Lins do Rego, também do Recife. Os livros de Oliveira Vianna e conversas com ele estimularam o pensamento; e ele amigavelmente nos deu cartas de apresentação para a Bahia. (Corrêa, 1987, p. 37).

Portanto, ele contata com a matriz tradicional brasileira de então, em torno das relações raciais, no caso Oliveira Vianna, e com a vanguarda, ou seja, Gilberto Freyre.

Oliveira Vianna pensava a raça como um problema biológico, sendo o negro e mesmo os mestiços inferiores. O Censo brasileiro de 1920, em que não constou o quesito cor, tem na sua Introdução um estudo de Oliveira Vianna, denominado “O Povo Brasileiro e sua Evolução”. Nele, a partir de dados extremamente discutíveis, o autor estabelece:

Os elementos inferiores que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos, a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo aumento contínuo dos affluxos arianos nestes últimos tempos; c) por um conjunto de selecções favoráveis, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças. Esse movimento de aryanização, porém, não se limita apenas ao aumento do volume numérico da população branca pura; também as selecções ethnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça, ao sul e ao norte, a redução do coeficiente dos sangues inferiores. Isto é, nos nossos grupos mestiços o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça. (Vianna, 1922).

Essa perspectiva de embranquecimento, óbvio, sem o racismo biologizante de Oliveira Vianna, está contida na primeira hipótese de Donald Pierson:

Embora fossem provavelmente importados mais africanos para o Brasil que para os Estados Unidos ou qualquer outra região do Novo Mundo, eles e seus descendentes, como unidade racial, estão gradual, mas inevitavelmente, desaparecendo, tal como os ameríndios desta área antes deles, biologicamente absorvidos pela população predominantemente européia. Os mestiços mais claros estão absorvendo os pretos e estão, por sua vez, sendo absorvidos pela população de ascendência predominantemente européia. (Pierson, 1971, p. 362).

Donald Pierson nas suas restrições à mestiçagem, aponta que a “endogamia existe ainda, contudo, num segmento numericamente pequeno da classe ‘superior’, inclusive certas famílias que manifestam um orgulho invulgar a respeito de sua origem européia e, dum modo ainda mais firme, algumas famílias entre a aristocracia latifundiária...” (Pierson, 1971, p. 363).

Oliveira Vianna (1922, p. 317), com outra perspectiva, diz:

Outro facto, que parece reforçar também a presumpção da presença de dolico-louros, puros ou mesmo cruzados com celtas, na massa da nossa primitiva população, é o soberbo eugenismo de muitas famílias da nossa velha aristocracia rural. Os CAVALCANTI ao norte, os PRADOS, os LEMES, os BUENOS ao sul, são exemplos de famílias excepcionaes, que tem dado ao Brazil, ha cerca de trezentos annos, uma linhagem copiosa de authenticos grandes homens, notáveis pelo vigor da intelligência, pela superioridade do character, pela audacia e energia da vontade”.

Gilberto Freyre, autor do clássico *Casa-grande & senzala*, contrapondo-se a Oliveira Vianna, é o criador de uma renovada imagem das etnias que formaram a sociedade nacional, oferecendo uma nova versão ideológica e um sentimento positivo do ethos brasileiro. No seu propósito, dois elementos são básicos: primeiro, a ênfase na predominância dos elementos sócio-culturais em detrimento da raça, como fator explicativo de nossa formação social. Segundo, a valorização positiva da miscigenação como prova fundamental da plasticidade do empreendimento colonizador, condição de adaptabilidade aos trópicos e elemento de integração da sociedade.

Para Gilberto Freyre é o português com sua plasticidade que vem provar definitivamente, no Brasil, a sua aptidão para a vida tropical, vindo criar aqui uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. A sociedade assentada na monocultura latifundiária e escravocrata traz, na sua base familiar e comunitária, a possibilidade de abrandar a dureza da dominação, diminuir as distâncias sociais e culturais entre os extremos da sociedade, através da miscigenação de raças e culturas. Isso permitiu uma singular acomodação e harmonia entre senhor e escravo, preto e branco, pai e filho, homem e mulher, gerando, para além dos antagonismos, zonas de convivência e confraternização, que permitiram a formação, no Brasil, de uma civilização original. Assim, criamos uma sociedade sem atitudes ou sentimentos preconceituosos contra negros e mulatos, devido aos efeitos democratizantes da miscigenação. Nenhuma figura encarna melhor essas idéias que a do “mulato”, como expressão da plasticidade e mobilidade social que caracterizam a sociedade brasileira. Enfim, predomina na sua análise a democratização de nossas relações raciais, através do realce concedido às idéias de conciliação, convivência pessoal e harmonia entre os contrários.

Em Donald Pierson, da hipótese 2 à 7, temos uma leitura atenta das idéias esposadas por Gilberto Freyre. Mostrando como as relações pessoais entre a família do senhor e seus escravos, humanizaram a escravidão e solaparam o seu caráter formal (hipótese 7). Ressaltando o sentido histórico e contínuo do cruzamento inter-racial, sem a formação de um grupo racial misto,

permanente e, sociologicamente, à parte (hipóteses 2, 3, 4). Enfatizando como a miscigenação, particularmente quando unida ao intercasamento, colocou os mestiços em posição favorável quanto à ascensão social. E como “com a elevação de status, o intercasamento entre brancos e mestiços (especialmente os mais claros) tornou-se cada vez mais comum; e, com a contínua ascensão de pessoas de cor anteriormente de status inferior, esta tendência parece estar aumentando” (Pierson, 1971, p. 363) (hipóteses 5 e 6).

Portanto, Donald Pierson conseguiu, ao retirar o racismo biologizante das interpretações de Oliveira Vianna, conciliar o autor brasileiro da linha conservadora do estudo das relações raciais, com a linha de análise então revolucionária, moderna, de Gilberto Freyre. Afinal, para ele, a miscigenação não afastava o embranquecimento.

Em verdade foi um livro que mereceu entusiastas aplausos, acolá e aqui: atendia aos interesses políticos de uma área progressista da Academia norte-americana, ao mostrar que mesmo numa região atrasada do mundo, existiam relações harmoniosas entre descendentes de africanos e europeus; e no Brasil, agradava a conservadores e revolucionários, dizendo que estávamos embranquecendo, mas éramos uma democracia racial.

O material etnográfico

Uma crítica geral à metodologia utilizada no trabalho de campo por Donald Pierson, já foi efetivada por Russel-Wood (1968, p. 187): a excessiva importância concedida às respostas oferecidas pelos informantes. Nela, a sociedade é analisada em termos daquilo que alguns dos seus participantes conhecem conscientemente sobre esta sociedade. Nenhuma reflexão se estabelece sobre a natureza do conhecimento, sendo a sociedade explicitada através das categorias “nativas”. A investigação confunde o modo pelo qual uma sociedade se representa com a explicação sobre o modo pelo qual ela se constitui e se reproduz, ou seja, não há “nenhuma ruptura analítica no sentido de revelar estruturas ou processos imanentes que não se reduzam à manifestação visível dos fenômenos sociais” (Durham, 1986, p. 23).

Entretanto, se o seu caminho teórico e as suas interpretações, de certa forma, foram tragadas pela contingência temporal, outros planos do seu trabalho permanecem contemporâneos, atualizados.

A aliança de técnicas de investigação, da observação-participante ao

questionário, revelam um etnógrafo metucioso e criterioso, na tentativa de apreensão da realidade social. Os seus dados, fruto da observação acurada ou da forma como os indivíduos representavam a sociedade, em momento em que não possuíamos censos ou estudos específicos sobre a situação racial, permanecem únicos e singulares. Diria que são um retrato veraz, inclusive contrariando suas interpretações, da sociedade da época.

Na primeira parte do livro, denominada “O cenário” encontramos uma rica descrição da cidade, do ponto de vista ecológico e social. No primeiro capítulo, intitulado “O porto da Bahia”, fazemos um “passeio” histórico e geográfico pela mais tradicional das cidades brasileiras, estável, com poucas mudanças, ainda “orientando a vida, quase pelos mesmos velhos e familiares caminhos” (Pierson, 1971, p. 97). Área “culturalmente passiva”, “onde existiam uma estabilidade e uma ordem que lembravam a Europa da Idade Média” (Pierson, 1971, p. 97). No segundo capítulo, denominado “Distribuição espacial das classes e cores” temos uma rigorosa etnografia da estratificação sócio-espacial de Salvador. Ainda hoje os seus dados permanecem atuais, sendo utilizados por urbanistas e sociólogos.⁴ Pierson mostrou um quadro de forte segregação residencial por cor, embora no seu otimismo concluísse que a segregação só existia na medida em que cor e classe coincidissem,

A segunda parte do livro, correspondente à “A Escravidão” já não apresenta grande significado nos dias de hoje, pela considerável revisão da historiografia e antropologia, sobre o tema em questão. A terceira parte, com os capítulos, “A miscigenação e a diluição da linha de cor” e o “Casamento inter-racial” continua, em certos aspectos, extremamente atual. No primeiro, não obstante as suas interpretações “embranquecedoras”, os dados coligidos mostram a composição racial de Salvador, expressamente “escura”. Importante torna-se salientar que as suas amostras, numa época sem censos, são as únicas para caracterizar a nossa situação racial. No segundo, também não obstante suas interpretações, temos um lídimo retrato das representações e práticas baianas em torno do casamento inter-racial

Na parte quarta, denominada “Raça e “status” social”, volta à cena o arguto observador da vida baiana, sobretudo nos capítulos “Composição racial das classes na sociedade baiana” e “Ideologia racial e atitudes raciais”.

Colidindo com suas teses, Pierson revela uma nítida estratificação racial na distribuição das ocupações em Salvador. Os pretos, em atividades manuais,

⁴ Ver, por exemplo, Edward E. Telles (1993, p. 7).

tradicionais, autônomas; os mulatos, de uma forma geral estavam contidos em posições ocupacionais marcadas pelo vínculo empregatício, porém não requerentes de maior qualificação e sem maior prestígio na hierarquia das ocupações. No entanto, um segmento minoritário dos mestiços, sobretudo os “embranquecidos”, de forma reduzida mas intermitente, promovia a sua ascensão social, atingindo postos ocupacionais de relativo ou muito prestígio social. Enquanto os brancos permaneciam na estrutura ocupacional abarcando as posições mais significativas e prestigiosas de Salvador. Acredito tenha sido este capítulo a grande fonte de inspiração temática, metodológica e até mesmo interpretativa do futuro “As elites de cor”, de Thales de Azevedo (1955).

No capítulo seguinte, apresenta um perfil congruente da nossa ideologia e atitudes perante a questão racial, uma visão de “dentro”, nativa, da forma como os brasileiros equacionavam a problemática racial e a presença do negro. “Material bruto” da maior importância para a compreensão da ideologia racial vigente, lamentavelmente sem a lapidação necessária por parte do autor americano. Quando interpreta é para justificar a situação do negro como causada pelas desvantagens educacionais ou econômicas, decorrentes do seu atraso devido a escravidão. Nunca como um fenômeno derivado do racismo desencadeado após a Abolição. E que a ausência de uma identidade racial por parte dos negros era um sinal evidente da inexistência de problema racial na Bahia. Mesmo quando um jovem jornalista, no II Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1937, em Salvador, denuncia a condição econômica e social do negro no Brasil, ele diz que o “autor estava chamando a atenção para um problema econômico no Brasil e não para um problema de raça ‘per se’” (Pierson, 1971, p. 263).

Na parte final do livro, o autor mostra a presença da herança africana em nossa formação sócio-cultural. O último capítulo, é todo ele dedicado ao candomblé, seus ritos e significados: localização, divindades, hierarquias, possessão, ritos de iniciação, cerimônias festivas e valores religiosos. Entretanto, não obstante o rigor das suas observações, o seu etnocentrismo o leva a contrariar até mesmo o que ele próprio narra. Por exemplo, ele achava que a Igreja católica conseguiu incorporar à sua organização todos os membros do culto afro-brasileiro. Assim, a venerável mãe-de-santo Aninha, levava, todos os anos, suas filhas-de-santo e ogãs para assistir uma missa no Bonfim. E no cinquentenário de morte de um importante babalaô, haviam mais de cem personagens do mundo afro-brasileiro. E que o babalaô, cujo pai era honrado, disse: “Ontem, no terreiro, dançamos durante a noite todas as danças fúnebres para meu pai” (Pierson, 1971, p. 330-331). Mesmo sem considerar que naquele momento as religiões

de origem africana eram objeto de forte perseguição policial, admitindo-se a absorção histórica do catolicismo pelos negros, difícil é aceitar a dinâmica transcultural como um fenômeno de mão única. Fiéis do candomblé que participavam de cerimônias e crenças católicas não faziam emergir uma nova realidade religiosa, nova e original, se não na liturgia, ao nível do significado?

No capítulo sobre “Os africanos” ele mostra a presença de duas culturas relativamente autônomas e independentes em Salvador: a européia, da “classe superior” baiana, e uma cultura popular, marcadamente de origem africana. Cultura popular que ele concede grande destaque – roupas, alimentação, música, dança, instrumentos musicais, medicinas alternativas, religiosidade – em detrimento da européia – uma simples cópia – na vida da população de Salvador. Entretanto, ele chega à conclusão que tais manifestações eram “sobrevivências culturais africanas” e que elas estavam desaparecendo na Bahia (Pierson, 1971, p. 302). Apenas um pequeno grupo as mantinha, retardando o desenvolvimento de um corpo comum de conhecimentos e gerando o auto-isolamento. A maioria dos pretos baianos, para ele, já tinha deixado de lado sua identificação com a África e assimilado o mundo europeu (Pierson, 1971, p. 301).

Entende-se agora mais nitidamente sua posição em relação ao mundo religioso afro-brasileiro e às demais manifestações, ou seja, a afirmação etnocêntrica da hegemonia do mundo europeu, aliada à perspectiva assimilacionista da Escola de Chicago. Mais: a divisão porventura existente entre pretos e brancos devia-se ao atraso cultural, daqueles ainda identificados com a herança africana. O irônico é que um civilizado como Donald Pierson tenha aceito o posto de ogã no candomblé do pai-de-santo Procópio. E que no seu depoimento tenha se referido às lideranças do mundo religioso afro-brasileiro de maneira extremamente positiva.

Vale ainda ressaltar, do ponto de vista etnográfico e histórico, os apêndices: a) o depoimento de um negro importante; b) os ditos sobre a gente de cor; c) suas anotações sobre a festa do Bonfim. E como último apêndice, o seu projeto de pesquisa, revelando a história natural da sua investigação.

Conclusões

Em texto relativamente recente, Robert Crépeau (1995, p. 141) diz que “o etnógrafo que estuda os trabalhos de um cientista, sejam eles acadêmicos ou não, pode demonstrar a existência de laços entre seu itinerário individual e o imaginário nacional”. E que embora o campo intelectual e político sejam

distintos, o cientista pode optar pela atuação nos dois campos (Crépeau, 1995, p. 141). Donald Pierson enquadra-se perfeitamente em tais considerações. Originário de uma nação dividida pela questão racial, foi buscar em outra realidade, atrasada e distinta histórica e culturalmente, um exemplo de empreitada bem sucedida na resolução dos problemas raciais. Éramos, segundo Robert Park, na introdução à 1ª edição, sempre contrastivamente à situação norte-americana, um dos mais importantes “melting-pots” de raças e culturas, absorvendo o homem de cor, com uma ideologia positiva em relação ao negro e sem desenvolver a ameaçadora solidariedade política e cultural da nação (Pierson, 1971, p. 82-84). E Donald Pierson foi além, ao incorporar também o imaginário nacional do Outro, que queria ser branco, mas não podia negar a ampla miscigenação e o sincretismo cultural presente nas terras brasileiras.

Porém, muito mais profundos que os seus resultados no campo político, foram os seus legados no campo acadêmico. O Mestre, no sentido atribuído por Mariza Corrêa, que viria a ser para a Sociologia e Antropologia brasileiras, criando a tradição de pesquisa sistemática, linguagem nova, temáticas originais e fundando instituições, lança as suas bases na iniciação efetivada na Bahia. Um itinerário intelectual ascendente, mas, sem cortes, sem qualquer ruptura. Tudo foi importante a seguir, mas os pressupostos com a sua passagem pela “velha cidade da Bahia” já estavam lançados.

Poderia concluir aqui, no entanto sinto falta de alguma coisa: no mínimo, um pouco de provocação em torno das vigências intelectuais e seu caráter utilitário.

Naquele momento, em que a Academia norte-americana acreditava que com o anti-racismo e políticas efetivas de intervenção na realidade social poderiam equacionar o problema racial, em grande parte circunscrito ao negro, era bom acreditar que o Brasil era uma democracia racial e ter uma visão otimista sobre o seu futuro. Hoje, com o questionamento das políticas afirmativas e o aguçamento e amplificação das questões raciais e étnicas nos Estados Unidos, além de fenômenos gerais como a globalização da economia e a mundialização da cultura, muito mais útil para a Academia norte-americana será indicar o Brasil como um país mais racista que a antiga metrópole. O problema é que nem sempre o que é bom para os Estados Unidos, é também para o Brasil.⁵

⁵ Sobre a situação racial brasileira e norte-americana, sobretudo nos seus contrastes e diferenciações, é exemplarmente ilustrativo Fry (1996).

Referências

- AZEVEDO, T. *As elites de cor*. São Paulo: Editora Nacional, 1955.
- CORRÊA, M. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice: Editora da Unicamp, 1987.
- CRÉPEAU, R. R. A Antropologia indígena brasileira vista do Quebec: uma proposta de pesquisa. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. (Org.). *Estilos de antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FRY, P. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 122-135, dez./jan./fev. 1995-1996.
- OLIVEIRA, L. L. de. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 35-48, 1. sem. 1987.
- OLIVEIRA, W. F.; LIMA, V. da C. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contacto racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Race and class in Brazil 1937-1967. A reassessments review. *Race*, v. 10, n. 2, 1968.
- TELLES, E. E. Cor da pele e segregação residencial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, jul. 1993.
- VIANNA, J. J. O. O povo brasileiro e sua evolução. In: RECENSEAMENTO DO BRAZIL: 1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: Typographia da Estatística, 1922.
- WIEVIORKA, M. *El espacio del racismo*. Barcelona: Paidós, 1992.